



Veículo: O Liberal		
Data: 02/02/2018	Caderno: Atualidades	Página: 03
Assunto: Lixo		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Neutra

Semas e UFPA analisam planos para aterro sanitário

MARITUBA

Uma reunião foi realizada ontem para discutir propostas feitas por empresas

Da Redação

Representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e da Universidade Federal do Pará (UFPA) estiveram reunidos ontem, na sede do Ministério Público do Pará em Marituba, na Região Metropolitana de Belém, para discutir o plano emergencial apresentado pelas empresas que administram o aterro sanitário de Marituba. O plano apresentado pelas empresas oferece três alternativas para solucionar os problemas de mau cheiro e excesso de chorume no local, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental na área onde o aterro foi instalado.

Entre as alternativas apresentadas, duas delas trabalham com a ideia de transportar todo o chorume excedente para indústrias especializadas no tratamento de resíduos oriundos de aterros sanitários, e a terceira opção seria fazer o tratamento do chorume exce-

dente no próprio aterro sanitário de Marituba. Em um posicionamento prévio, a Semas informou que será necessário a realização, ao mesmo tempo, das três alternativas para solucionar os problemas com o odor e o chorume o mais rápido possível. Além disso, a UFPA sugeriu a realização de outro protocolo para a eliminação do odor na região.

O aterro sanitário de Marituba entrou em funcionamento em 2015, após a desativação do lixão do Aurá, em Ananindeua, região metropolitana de Belém. Em março de 2017, os moradores de Marituba iniciaram uma onda de protestos contra o aterro. Segundo eles, o mau cheiro na região é insuportável e até a ocorrência de problemas respiratórios entre a comunidade. Eles bloquearam a entrada do aterro por três dias, impedindo o acesso dos caminhões que fazem a coleta de lixo em toda a região metropolitana de Belém.

Os problemas decorrentes das atividades do aterro sanitário de Marituba, na Grande Belém, têm dado origem a protestos organizados pela comunidade que vive no entorno. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público do Pará (MPPA), Governo do

Pará e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Belém, Ananindeua e Marituba realizaram uma vistoria no local e constataram a presença de diversas irregularidades no serviço de manuseio dos resíduos sólidos no aterro.

Em julho de 2017, o Governo do Estado anunciou que o aterro sanitário seria desativado, mas sem data marcada. De acordo com a Sema, a empresa responsável pela administração do aterro estaria infringindo acordos e licenças ambientais. Em agosto daquele mesmo ano, o MPPA entrou com ações nas áreas cível e criminal contra as empresas que gerenciavam o aterro. A Ação pedia o ressarcimento para a população de Marituba pelo dano ambiental e a condenação das empresas com pagamento de multas e prisão dos responsáveis. As empresas Guamá Tratamento de Resíduos, Revista Engenharia e Solvi Participações foram denunciadas pela prática de diversos crimes ambientais.

Em dezembro de 2017, três diretores da empresa foram presos durante uma operação do MPPA e a Polícia Civil que investigava crimes ambientais na área. Transcrições de conversas gravadas entre funcio-



nários da empresa indicavam a intenção de enganar a Sema sobre o tratamento do chorume excedente no aterro. Todos os presos já foram soltos.

Universidade sugere outro protocolo para **eliminação** do odor do lixo

EGOR MOTA/ARQUIVO O LIBERAL



Técnicos da **Semas** e da **UFPA** estudam alternativas para resolver problemas do aterro